



POLÍCIA FEDERAL

SAIS Quadra 7, Lote 23 - Setor Policial Sul - Complexo Polícia Federal - Prédio INC, Brasília/DF, CEP 70610-200
Telefone: (61) 2024-9581 - <http://www.gov.br/pf>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 08059.000691/2024-63

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2024

A Diretoria Técnico-Científico da Polícia Federal, sediada no SAIS Quadra 7, Lote 23, St. Policial Sul, Brasília/DF, 70610-200, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494.0087-06, neste ato representada pelo Diretor ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, Perito Criminal Federal, nomeado pela Portaria 17.028/2023-DG/PF, publicada no Boletim de Serviços 013, de 18 de janeiro de 2023, página 05/06, portador da Matrícula Funcional nº 15.708, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90009/2024, publicada no DOU nº 142, de 25 de julho de 2024, processo administrativo nº 08059.000691/2024-63, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de Técnico em Edificação, Técnico em Contabilidade e de Motorista, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, especificados nos itens **01-75** do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação **90009/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: UNE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA CNPJ: 44.699.035/0001-36 Endereço: Rua Peregrino de Carvalho, n.º 264, Sala 301, Centro, Campina Grande/PB, CEP: 58.400-143 Telefone: (83) 98189-5000 E-mail: uneservicos@hotmail.com						
ITEM/GRUPO	UNIDADE	UASG	CARGO	QUANT.	CATSER	V. UNIT.
15	SR/PF/GO	200376	Téc. Edif.	2	25631	R\$ 8.356,49
16	SR/PF/AM	200382	Téc. Edif.	1	25631	R\$ 10.699,14
25/Grupo 5	SR/PF/TO	200404	Mot. D	2	15008	R\$ 7.234,38

26/Grupo 5	SR/PF/TO	200404	DIÁRIA	5	21849	R\$ 118,00
28/Grupo 6	SR/PF/MA	200388	Mot. D	2	15008	R\$ 6.024,51
29/Grupo 6	SR/PF/MA	200388	DIÁRIA	5	21849	R\$ 260,00
32/Grupo 7	SR/PF/AP	200402	Mot. D	1	15008	R\$ 6.099,36
33/Grupo 7	SR/PF/AP	200402	DIÁRIA	5	21849	R\$ 174,40
36	SR/PF/RN	200394	Téc. Edif.	1	25631	R\$ 12.316,00
37	SR/PF/RS	200372	Téc. Cont.	1	25631	R\$ 4.097,19
38	SR/PF/RS	200372	Téc. Edif.	1	25631	R\$ 9,019,25
40	SR/PF/RO	200378	Téc. Edif.	2	25631	R\$ 12.931,55
41/Grupo 8	SR/PF/RO	200378	Mot. D	1	15008	R\$ 9.729,76
42/Grupo 8	SR/PF/RO	200378	DIÁRIA	5	21849	R\$ 322,35
47	SR/PF/MS	200354	Téc. Edif.	1	25631	R\$ 7.649,45
48/Grupo 9	SR/PF/MS	200354	Mot. D	2	15008	R\$ 5.649,77
49/Grupo 9	SR/PF/MS	200354	DIÁRIA	5	21849	R\$ 110,00
51	SR/PF/SP	200360	Téc. Edif.	4	25631	R\$ 7.924,32
52/Grupo 10	SR/PF/SP	200360	Mot. D	5	15008	R\$ 6.199,46
53/Grupo 10	SR/PF/SP	200360	DIÁRIA	5	21849	R\$ 150,00
58/Grupo 11	SR/PF/MT	200374	Mot. D	2	15008	R\$ 5.049,04
59/Grupo 11	SR/PF/MT	200374	DIÁRIA	5	21849	R\$ 86,00
62	SR/PF/ES	200352	Téc. Edif.	1	25631	R\$ 8.575,59
63/Grupo 12	SR/PF/ES	200352	Mot. D	1	15008	R\$ 7.699,23
64/Grupo 12	SR/PF/ES	200352	DIÁRIA	5	21849	R\$ 182,60
66	SR/PF/RJ	200356	Téc. Edif.	4	25631	R\$ 9.044,58
67/Grupo 13	SR/PF/RJ	200356	Mot. D	4	15008	R\$ 8.299,55
68/Grupo 13	SR/PF/RJ	200356	DIÁRIA	5	21849	R\$ 171,00
70	SR/PF/MG	200350	Téc. Cont.	4	25631	R\$ 7.780,96
73	SR/PF/SE	200344	Téc. Edif.	1	25631	R\$ 6.296,65
74/Grupo 14	SR/PF/SE	200344	Mot. D	1	15008	R\$ 7.113,51

75/Grupo 14	SR/PF/SE	200344	DIÁRIA	5	21849	R\$ 169,90
--------------------	----------	--------	--------	---	-------	---------------

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a **Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, UASG 200406**.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

UASGS: 200334 CGAD/DLOG/PF; 200342 DTI/PF; 200340 ANP/DIREN/PF; 200338 SR/PF/DF; 200376 SR/PF/GO; 200382 SR/PF/AM; 200346 SR/PF/BA; 200404 SR/PF/TO; 200388 SR/PF/MA; 200402 SR/PF/AP; 200396 SR/PF/PB; 200394 SR/PF/RN; 200372 SR/PF/RS; 200378 SR/PF/RO; 200384 SR/PF/RR; 200370 SR/PF/SC; 200354 SR/PF/MS; 200360 SR/PF/SP; 200390 SR/PF/PI; 200374 SR/PF/MT; 200386 SR/PF/PA; 200392 SR/PF/CE; 200352 SR/PF/ES; 200356 SR/PF/RJ; 200358 SR/PF/AL; 200350 SR/PF/MG; 200344 SR/PF/SE.

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **item 4.1**.

4.5.1. A permissão para participação a posteriori na licitação se justifica pelo princípio da economicidade, na medida em que permite que outros órgãos públicos minimize os gastos públicos, ponderando o custo da instrução de um processo licitatório com os benefícios de uma adesão à ata de registro de preços. Concomitantemente se atinge o princípio da economia.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **item 4.6** desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o **item 5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no **item 5.7**, observando o **item 5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os

preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.2** e no **item 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **item 9.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **01 (uma)** via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Brasília/DF, na data da assinatura.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico
Representante legal do CONTRATANTE

GUSTAVO GIOVANNE FERNANDES SALES

UNE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Representante legal do CONTRATADO

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: PROSERV FACILITIES LTDA CNPJ: 31.045.476/0001-72 Endereço: Avenida Presidente Médici, 777 Sala B - Parque Piauí, Timon/MA, CEP: 65.631-391 Telefone: (86) 99937-8830 E-mail: proserv_servicos@hotmail.com					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	Téc. Cont.	DITEC/PF	25631	1	R\$ 5.399,70
2	Téc. Edif.	DITEC/PF	25631	1	R\$ 6.369,90
4	Téc. Edif.	CGAD/DLOG/PF	25631	3	R\$ 6.398,38
5	Téc. Cont.	DTI/PF	25631	3	R\$ 5.234,95
6	Téc. Edif.	DTI/PF	25631	1	R\$ 6.379,58
7	Téc. Cont.	ANP/DIREN/PF	25631	2	R\$ 5.805,04
8	Mot. D	ANP/DIREN/PF	15008	4	R\$ 10.400,15
9	DIÁRIA	ANP/DIREN/PF	21849	5	R\$ 143,96
10	Téc. Cont.	SR/PF/DF	25631	2	R\$ 6.568,70
11	Téc. Edif.	SR/PF/DF	25631	1	R\$ 7.914,13
13	DIÁRIA	SR/PF/DF	21849	5	R\$ 143,96
28	Mot. D	SR/PF/MA	15008	2	R\$ 6.024,51
29	DIÁRIA	SR/PF/MA	21849	5	R\$ 260,00
61	Téc. Edif.	SR/PF/CE	25631	1	R\$ 5.821,61

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: PROSERV FACILITIES LTDA CNPJ: 31.045.476/0001-72 Endereço: Avenida Presidente Médici, 777 Sala B - Parque Piauí, Timon/MA, CEP: 65.631-391 Telefone: (86) 99937-8830 E-mail: proserv_servicos@hotmail.com					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
12	Mot. D	SR/PF/DF	15008	2	R\$ 12.047,00

Fornecedor: SCSE DYNAMIC ENTERPRISE MANAGEMENT-LTDA

CNPJ: 35.586.623/0001-72

Endereço: Avenida T-9, nº. 2310, Edifício Inove Intelligent Place, 5º Andar - Sala B507, Bairro Jardim América,

Goiânia/GO, CEP: 74255-220

Telefone: (65) 99957-2111

E-mail: eliakim.miranda@dynamiccenterprisemanagement.com

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
10	Téc. Cont.	SR/PF/DF	25631	2	R\$ 7.400,00
11	Téc. Edif.	SR/PF/DF	25631	1	R\$ 9.200,00
12	Mot. D	SR/PF/DF	15008	2	R\$ 12.250,00
14	Téc. Cont.	SR/PF/GO	25631	3	R\$ 4.050,00
15	Téc. Edif.	SR/PF/GO	25631	2	R\$ 8.900,00
47	Téc. Edif.	SR/PF/MS	25631	1	R\$ 9.071,56
48	Mot. D	SR/PF/MS	15008	2	R\$ 6.774,44
57	Téc. Edif.	SR/PF/MT	25631	2	R\$ 6.722,77
70	Téc. Cont.	SR/PF/MG	25631	4	R\$ 8.157,00
71	Téc. Edif.	SR/PF/MG	25631	4	R\$ 6.073,00
73	Téc. Edif.	SR/PF/SE	25631	1	R\$ 7.357,00



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO registrado(a) civilmente como GUSTAVO GIOVANNE FERNANDES SALES, Usuário Externo**, em 30/09/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, Diretor(a)**, em 03/10/2024, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37433588&crc=46FCEC57.
Código verificador: **37433588** e Código CRC: **46FCEC57**.

Referência: Processo nº 08059.001373/2024-10

SEI nº 37433588